Revista Brasileira de Engenharia de Pesca

Cidade Universitária Paulo VI – Avenida Lourenço Vieira da Silva 1.000 – São Luís/MA.
repesca@ppg.uema.br
https://ppg.revistas.uema.br/index.php/REPESCA/index
@repesca_eng
Edição 17, Vol. 1, 2026.

PROTAGONISMO DAS MULHERES PESCADORAS E MARISQUEIRAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

PROTAGONISM OF WOMEN FISHERMEN AND SHELLFISH GATHERERS: A BIBLIOGRAPHICAL REVIEW

Siranilda Batista Caxias Sousa[1]*, Carlos Tauã Ramos Melo[2], Jhonata Davi Maia Ramos[2], Maria Eduarda Garrido Amorim[2], Ítalo Kauê Ramos Lopes[2], Josiane Vinhas Quadros[3], Ryane Ramos Paixão[3], Sivanilda Caxias Quadros[3], Diego Aurélio dos Santos Cunha[3,4]

1 Discente do curso de Tecnólogo em Recursos Pesqueiros da UEMANet.
2 Discente do curso Técnico em Recursos Pesqueiros. IEMA Pleno Carutapera.
3 Docente do IEMA Pleno Carutapera.
4 Tutor do curso de Tecnólogo em Recursos Pesqueiros da UEMANet.
*e-mail: siranildacaxias@gmail.com

Citação: SOUSA, S. B.C.; MELO, C. T. R.; RAMOS, J. D. M.; AMORIM, M. E. G.; LOPES, I. K. R.; QUADROS, J. V.; PAIXÃO, R. R.; QUADROS, S. C.; CUNHA, D. A. S. (2026). Protagonismo das mulheres pescadoras e marisqueiras: uma revisão bibliográfica. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, 17(1), 81-104. https://doi.org/10.18817/repesca.v17i1.4768

Recebido: 26 October 2026
Revisado: 29 October 2026
Aceito: 11 November 2026
Publicado: 12 November 2026

Copyright: © 2026 by the authors.
This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

A pesca artesanal desempenha papel fundamental na sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental das comunidades tradicionais, destacando-se a participação das mulheres pescadoras e marisqueiras em diferentes etapas da cadeia produtiva. Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, o protagonismo feminino na pesca artesanal, considerando suas contribuições econômicas, culturais, ambientais e políticas, bem como os desafios relacionados às desigualdades de gênero e à invisibilidade profissional. A literatura evidencia que essas trabalhadoras contribuem para a geração de renda, a segurança alimentar, o beneficiamento do pescado, a transmissão de saberes tradicionais e a conservação dos ecossistemas costeiros. Entretanto, persistem obstáculos relacionados à desvalorização do trabalho, à sobrecarga doméstica, às condições ocupacionais, ao acesso aos direitos previdenciários e à participação nos espaços decisórios. Conclui-se que o reconhecimento e o fortalecimento do protagonismo feminino são indispensáveis à equidade de gênero, à justiça social e à sustentabilidade da pesca artesanal.

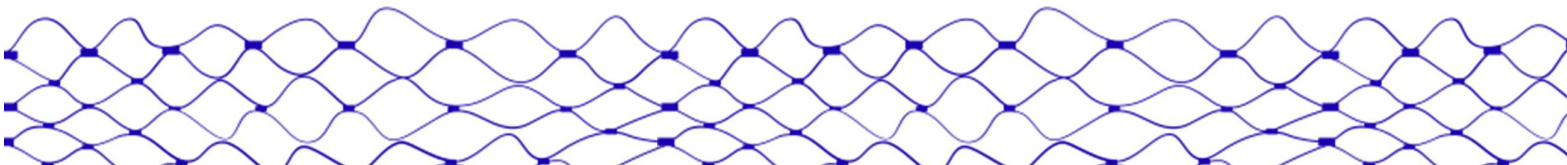
Palavras-chaves Pesca artesanal; Equidade de gênero; Sustentabilidade.

Abstract

Artisanal fishing plays a fundamental role in the

socioeconomic, cultural, and environmental sustainability of traditional communities, with women, who work as fishers and shellfish gatherers, playing a significant part across various stages of the production chain. This study aims to analyze, through a literature review, the leading role of women in artisanal fishing, considering their economic, cultural, environmental, and political contributions, as well as the challenges posed by gender inequalities and professional invisibility. The literature highlights that these women contribute to income generation, food security, the processing of fishery products, the transmission of traditional knowledge, and the conservation of coastal ecosystems. Nevertheless, obstacles persist, including the devaluation of their labor, the burden of domestic responsibilities, challenging occupational conditions, limited access to social security rights, and restricted participation in decision-making spaces. It is concluded that recognizing and strengthening the role of women is essential for achieving gender equity, social justice, and the sustainability of artisanal fishing.

Keywords: Artisanal fishing; Gender equity; Sustainability.



Introdução

A pesca artesanal supre mais de 60% da demanda interna por pescado no Brasil e constitui a principal base de subsistência de comunidades tradicionais costeiras e ribeirinhas (Santos et al., 2024; Gamarra et al., 2023; Da Silva Morales et al., 2025). Historicamente, as mulheres desempenham funções fundamentais para a reprodução socioeconômica desse setor, embora ainda enfrentem barreiras estruturais relacionadas à invisibilidade institucional, à baixa remuneração e à desvalorização cultural de seu trabalho (Santos, 2015; Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021).

As pescadoras e marisqueiras contribuem para a segurança alimentar das famílias por meio da captura de pescado para autoconsumo e da diversificação das atividades produtivas nos manguezais e estuários (Santos et al., 2024; Santos, 2015; Da Silva et al., 2022). Além de gerarem renda direta, essas trabalhadoras contribuem para a reprodução social das comunidades ao conciliarem as atividades pesqueiras com as responsabilidades domésticas e os cuidados com os dependentes (Santos et al., 2024; Da Silva et al., 2025; Teixeira, 2019).

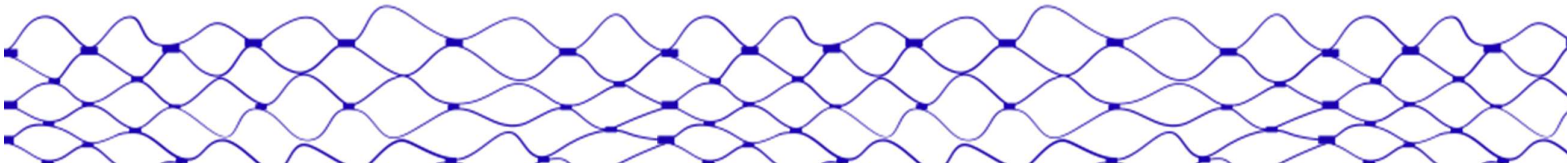
No âmbito cultural, as mulheres atuam como guardiãs do patrimônio biocultural, transmitindo oralmente conhecimentos ecológicos tradicionais sobre os organismos aquáticos e as dinâmicas ambientais às novas gerações (Santos et al., 2024; Guedes et al., 2021; Rodrigues et al., 2018; Santos et al., 2019). A preservação desses saberes fortalece os vínculos comunitários e contribui para a continuidade dos modos de vida e das práticas tradicionais nos territórios pesqueiros (Santos et al., 2024; Rodrigues et al., 2018).

As mulheres representam aproximadamente 45% a 50% dos pescadores registrados no Brasil e concentram até 90% da força de trabalho nas etapas de pré-captura e pós-captura (Santos et al., 2024; Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021).

Na etapa extrativa, destacam-se pela coleta manual de moluscos bivalves nos manguezais e pela utilização de diferentes apetrechos de pesca, como redes, matapis, covos e linhas de mão (Da Silva et al., 2025; Guedes et al., 2021; Teixeira, 2019; De Andrade et al., 2021).

Nas atividades de beneficiamento e apoio à produção, desempenham funções como despesca, descasque, filetagem, salga e secagem do pescado, além da confecção e manutenção de apetrechos de pesca (Santos, 2015; Higgins et al., 2025; Da Silva et al., 2022; Gonçalves et al., 2020).

Historicamente, a divisão sexual do trabalho contribui para que as atividades desempenhadas pelas mulheres sejam classificadas como uma forma de "ajuda" doméstica não remunerada, enquanto o trabalho masculino embarcado recebe maior reconhecimento profissional e social (Santos et al., 2021; Huguenin, 2024; Guedes et al., 2021; Teixeira, 2019). Essa construção social contribui para a invisibilidade do trabalho feminino nos registros científicos, estatísticos e institucionais relacionados à gestão pesqueira (Huguenin, 2024; Teixeira, 2019; Chambon et al., 2023).



As normativas institucionais também influenciam o reconhecimento dos direitos trabalhistas dessas mulheres. Nesse contexto, legislações como o Decreto Federal nº 8.967/2017 restringiram o enquadramento de determinadas atividades de beneficiamento e apoio na definição das atividades pesqueiras artesanais (De Andrade et al., 2021). Consequentemente, muitas trabalhadoras enfrentam dificuldades para obter reconhecimento nos órgãos representativos da categoria e acessar benefícios da seguridade social, como o seguro-defeso (Higgins et al., 2025; Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025).

A produção acadêmica sobre o tema tem privilegiado, historicamente, indicadores de renda individual e descrições técnicas das atividades de captura, deixando em segundo plano a integração das dimensões ambientais, culturais e políticas relacionadas à participação feminina (Gamarra et al., 2023; Chambon et al., 2023; De Andrade et al., 2021). Além disso, persiste uma lacuna na produção de dados quantitativos desagregados por sexo e na mensuração da contribuição das mulheres para a recuperação e a conservação dos ecossistemas costeiros. Essa limitação contribui para a dissociação entre as políticas de conservação ambiental e as iniciativas voltadas à equidade de gênero (Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021). Nesse sentido, investigar de maneira integrada as atividades produtivas, as contribuições ambientais e a participação política das pescadoras constitui uma necessidade para subsidiar políticas públicas e marcos regulatórios orientados pela justiça climática e social (Santos et al., 2024; Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021; De Souza, 2021).

Mulheres na pesca artesanal: trajetória histórica e divisão sexual do trabalho

A literatura científica demonstra que a inserção histórica das mulheres na pesca artesanal, a segregação espacial das atividades produtivas e a classificação de seu trabalho como mera ajuda constituem fatores que contribuem para a invisibilidade profissional feminina (Chambon et al., 2023; Solano et al., 2021; Harper et al., 2017; Mánez & Pauwelussen, 2016).

Historicamente, a pesca foi socialmente concebida como um domínio predominantemente masculino, associando culturalmente os homens ao mar e as mulheres à terra e ao espaço doméstico (Aguirre-Munizaga et al., 2024; Thompson, 1985;). Entretanto, as mulheres sempre desempenharam funções importantes para a manutenção da atividade pesqueira, por meio da participação em redes informais de produção, da coleta de recursos no litoral e das atividades destinadas à subsistência familiar (Salmi & Sonck-Rautio, 2018; Solano et al., 2021; Mánez & Pauwelussen, 2016).

Historicamente, a inserção feminina nas atividades pesqueiras esteve relacionada à organização doméstica, ao casamento e às necessidades impostas por períodos de crise econômica ou sazonalidade da produção (Salmi & Sonck-Rautio, 2018; Szymkowiak, 2020; Gustavsson & Riley, 2018; Tilley et al., 2020). Com as transformações capitalistas e industriais ocorridas ao longo do século XX, o setor formal promoveu o desmantelamento de estruturas locais de beneficiamento ou

concentrou as trabalhadoras em atividades de processamento caracterizadas pela baixa remuneração (Aguirre-Munizaga et al., 2024; Herrera-Racionero et al., 2020; Biswas & Stacey, 2025).

As responsabilidades assumidas por homens e mulheres na cadeia de valor da pesca apresentam significativa segregação técnica e territorial (Harper et al., 2017; Herrera-Racionero et al., 2020). Enquanto os homens se concentram predominantemente no trabalho embarcado e nas pescarias oceânicas direcionadas à captura de espécies de maior valor comercial, as mulheres atuam, principalmente, nas zonas entremarés e na orla continental (Solano et al., 2021; Gonçalves et al., 2020; Torell et al., 2020). Nas atividades de captura costeira direta, as mulheres dedicam-se à mariscagem e à coleta de moluscos e crustáceos, registrando, em alguns contextos, maior frequência mensal de saídas produtivas do que os pescadores (Tilley et al., 2020).

A representação social do homem como principal provedor econômico influencia a definição formal da atividade pesqueira, frequentemente restrita à captura embarcada, realizada com apetrechos especializados em alto-mar (Chambon et al., 2023; Harper et al., 2017; Gonçalves et al., 2020; Torell et al., 2020). Como consequência, o trabalho feminino realizado em terra é frequentemente classificado como uma atividade complementar ou como uma extensão invisível das tarefas domésticas não remuneradas (Gustavsson & Riley, 2018; Herrera-Racionero et al., 2020; Gonçalves et al., 2020; Torell et al., 2020). Essa construção social contribui para retirar o caráter profissional das atividades desempenhadas pelas mulheres, dificultando seu acesso a licenças formais, cooperativas, linhas de crédito produtivo e sistemas de proteção social (Solano et al., 2021; Wardhani et al., 2025; Szymkowiak, 2020; Gonçalves et al., 2020).

As mulheres conciliam funções produtivas, reprodutivas e comunitárias, o que resulta em jornadas duplas ou triplas de trabalho, frequentemente sem remuneração proporcional às atividades realizadas (Solano et al., 2021; Nandi et al., 2026; Torell et al., 2020). As normas patriarcais e a ausência de registros censitários que considerem adequadamente as relações de gênero contribuem para a manutenção desse cenário de desvalorização institucional (Solano et al., 2021; Chambon et al., 2023; Herrera-Racionero et al., 2020; Pedroza-Gutiérrez et al., 2024). Dessa forma, a literatura sustenta a interpretação de que a associação do trabalho feminino ao ambiente doméstico e às atividades de pós-captura contribui para sua marginalização econômica e política nos territórios pesqueiros (Gustavsson & Riley, 2018; Harper et al., 2017; Aguirre-Munizaga et al., 2024; Pedroza-Gutiérrez & Hapke, 2021).

Uma das principais lacunas da pesquisa contemporânea está relacionada à escassez de estudos quantitativos capazes de mensurar o valor econômico do trabalho pesqueiro não remunerado, especialmente das horas dedicadas aos cuidados familiares e às atividades de pré-captura (Solano et al., 2021; Gustavsson & Riley, 2018; Herrera-Racionero et al., 2020; Torell et al., 2020). As metodologias censitárias tradicionais concentram-se, frequentemente, nos proprietários de

embarcações e nos chefes de família, geralmente homens, deixando de registrar as transações informais e as atividades econômicas desenvolvidas por marisqueiras e trabalhadoras do processamento artesanal (Chambon et al., 2023; Gustavsson & Riley, 2018; Herrera-Racionero et al., 2020). A ausência de estatísticas desagregadas por sexo contribui para a exclusão das mulheres de benefícios previdenciários e evidencia a necessidade de modelos analíticos integrados, que articulem as cadeias de valor e a contabilização social do trabalho reprodutivo (Harper et al., 2017; Herrera-Racionero et al., 2020; Pedroza-Gutiérrez & Hapke, 2021).

Protagonismo socioeconômico das pescadoras e marisqueiras na cadeia produtiva

A participação feminina na pesca artesanal abrange diferentes dimensões, entre as quais se destacam a contribuição para a renda familiar, a atuação nas diversas etapas da cadeia de valor e o desenvolvimento de estratégias coletivas voltadas à autonomia econômica, mesmo diante de barreiras estruturais e materiais (Pedroza-Gutiérrez & Hapke, 2021; Solano et al., 2021; Harper et al., 2020; Chambon et al., 2023).

A renda obtida pelas mulheres contribui diretamente para a subsistência familiar, para a segurança alimentar e para a capacidade de enfrentamento de situações de instabilidade econômica (Manyungwa et al., 2019; Harper et al., 2020; Mahmud et al., 2025). As capturas realizadas diretamente por mulheres correspondem, mundialmente, a aproximadamente 2,9 milhões de toneladas de pescado marinho por ano (Harper et al., 2020). Esse volume de produção representa um impacto econômico direto e indireto estimado em US$ 14,8 bilhões anuais em escala global (Harper et al., 2020).

A literatura especializada evidencia uma significativa divisão técnica das atividades ao longo das diferentes etapas da cadeia produtiva do pescado (Solano et al., 2021; Gopal et al., 2020; Olaniyi et al., 2025). Enquanto a extração embarcada em mar aberto permanece predominantemente associada aos homens, as etapas realizadas em terra concentram uma parcela expressiva da participação feminina (Solano et al., 2021; Adisa et al., 2025; Olaniyi et al., 2025; Torell et al., 2021).

As trabalhadoras da pesca enfrentam desvantagens estruturais decorrentes das desigualdades de gênero e da exclusão institucional (Dey & Das, 2025; Adisa et al., 2025; Mahmud et al., 2025). As normas patriarcais e a sobrecarga das responsabilidades domésticas restringem sua mobilidade geográfica e reduzem o tempo disponível para participar de atividades comerciais potencialmente mais lucrativas (Manyungwa et al., 2019; Dey & Das, 2025; Mangubhai et al., 2024; Rice et al., 2023).

A participação das mulheres em entidades representativas da categoria contribui para o reconhecimento profissional e para a superação de barreiras de governança que, tradicionalmente, restringem a participação institucional aos proprietários de embarcações (Solano et al., 2021; Lentisco & Lee, 2015). Esse processo de fortalecimento socioeconômico sustenta a interpretação de que a atuação feminina não possui caráter meramente residual ou complementar, mas

representa um componente indispensável para a manutenção econômica e a soberania das comunidades pesqueiras (Manyungwa et al., 2019; Gopal et al., 2020; Ameyaw et al., 2020; Antonio et al., 2025).

A literatura contemporânea ainda apresenta uma carência significativa de estudos empíricos que comparem a remuneração de mulheres e homens em condições equivalentes de comercialização, uma vez que muitas pesquisas concentram suas análises apenas nos volumes de pescado capturado (Harper et al., 2020; Rice et al., 2023). Também são escassas as informações sobre estratégias tecnológicas de agregação de valor desenvolvidas por grupos femininos e sobre os efeitos do associativismo na rentabilidade líquida dos empreendimentos artesanais (Dey & Das, 2025; Mangubhai et al., 2024). O preenchimento dessas lacunas, por meio de levantamentos estatísticos desagregados por gênero, é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à produção e ao crédito, orientadas pela equidade na pesca artesanal (Chambon et al., 2023; Bradford & Katikiro, 2019; Dey & Das, 2025; Harper et al., 2017).

Saberes tradicionais, identidade cultural e transmissão intergeracional

A literatura científica evidencia que o protagonismo feminino na pesca artesanal se estrutura a partir de três dimensões fundamentais: a mobilização de saberes ecológicos tradicionais, os processos intergeracionais de transmissão cultural e a construção do pertencimento territorial diante das transformações socioambientais (Santos et al., 2024; Kitolelei et al., 2022; Lavoie et al., 2019; Santos, 2015).

As pescadoras e marisqueiras possuem conhecimentos empíricos detalhados sobre a fauna, a flora e as variações ecológicas dos ecossistemas aquáticos costeiros e de água doce (Santos et al., 2024; Kitolelei et al., 2022; Flassy & Bajari, 2026; Renck et al., 2025). Esses conhecimentos ecológicos tradicionais são construídos e aperfeiçoados por meio das experiências cotidianas em estuários, manguezais, recifes e margens de rios (Kitolelei et al., 2022; Keleman et al., 2026; Santos, 2015).

A continuidade do patrimônio biocultural depende, historicamente, dos processos de socialização e transmissão oral de conhecimentos desenvolvidos pelas mulheres no cotidiano das comunidades (Santos et al., 2024; Ribeiro & Nascimento, 2020; Melo et al., 2024; Frangoudes et al., 2023). Esse processo de aprendizagem sustenta a interpretação de que as mulheres desempenham papel fundamental na manutenção da continuidade cultural e produtiva da pesca artesanal (Santos et al., 2024; Lavoie et al., 2019; Melo et al., 2024).

O trabalho pesqueiro desenvolvido pelas mulheres ultrapassa a dimensão estritamente econômica e comercial, pois também estabelece vínculos sociais, culturais e simbólicos com os territórios aquáticos (Santos et al., 2024; Lavoie et al., 2019; Ribeiro et al., 2024). As margens dos rios e os manguezais constituem espaços de sociabilidade comunitária, preservação da memória coletiva e afirmação das

identidades territoriais (Santos et al., 2024; Ribeiro & Nascimento, 2020; Gustavsson, 2020; Santos, 2015).

A produção científica contemporânea evidencia uma lacuna relacionada ao registro sistemático dos conhecimentos ecológicos mantidos especificamente pelas mulheres sobre a dinâmica das marés e os ciclos reprodutivos de moluscos e crustáceos costeiros (De Sousa et al., 2022; Melo et al., 2024; Frangoudes et al., 2023). Historicamente, os levantamentos ictiológicos e etnoecológicos têm priorizado as pescarias masculinas embarcadas, negligenciando a caracterização detalhada dos métodos de beneficiamento, conservação e manejo dos ambientes estuarinos desenvolvidos pelas marisqueiras (De Sousa et al., 2022; Melo et al., 2024; Santos, 2015; Frangoudes et al., 2023).

Além disso, ainda são escassos os estudos que realizam o mapeamento cartográfico desses conhecimentos e sua incorporação aos instrumentos formais de ordenamento pesqueiro e conservação ambiental (De Sousa et al., 2022; Das et al., 2025; Frangoudes et al., 2023; Kitolelei et al., 2022). O avanço dessas investigações é indispensável para valorizar a memória coletiva e subsidiar políticas públicas territoriais que considerem as desigualdades de gênero (Santos et al., 2024; Kitolelei et al., 2022; Lavoie et al., 2019; De Sousa et al., 2022).

Mulheres pescadoras e marisqueiras na conservação ambiental e na sustentabilidade

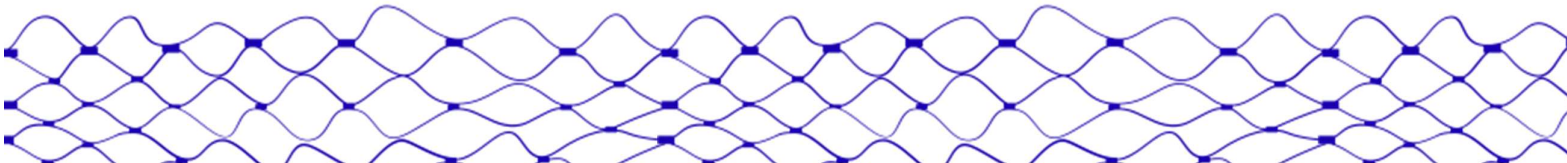
A literatura científica analisa a relação das mulheres com os ecossistemas costeiros a partir de três dimensões complementares: o manejo comunitário e as práticas tradicionais de conservação, a vulnerabilidade e a adaptação às mudanças climáticas e as barreiras de governança na gestão dos territórios pesqueiros (Chuku et al., 2022; Ramoni-Perazzi et al., 2026; Chambon et al., 2023).

As pescadoras e marisqueiras desenvolvem práticas de baixo impacto ambiental, fundamentadas nos conhecimentos ecológicos tradicionais (TEK), que podem contribuir para a proteção dos habitats costeiros (Senis et al., 2026; Kitolelei et al., 2022; Baharuddin, 2026; Flassy & Bajari, 2026). Entre essas práticas, destacam-se os métodos seletivos de coleta manual, que permitem evitar a captura de organismos juvenis e respeitar os períodos reprodutivos das espécies exploradas (Da Silva Mourão et al., 2021; Baharuddin, 2026; Chambon et al., 2023).

A coleta manual de moluscos possibilita a seleção dos organismos capturados e a devolução imediata de indivíduos juvenis e de espécies da fauna acompanhante ao substrato lamoso, quando as condições da atividade permitem (Da Silva Mourão et al., 2021).

Além disso, algumas pescadoras interrompem as atividades de coleta em determinados períodos ao identificarem sinais fenológicos associados aos ciclos reprodutivos de organismos dos manguezais, contribuindo para reduzir possíveis interferências nesses processos (Baharuddin, 2026; Flassy & Bajari, 2026).

Outra prática identificada na literatura é o cultivo de plântulas e a demarcação tradicional de áreas conhecidas como "florestas das mulheres",



iniciativas que contribuem para a preservação de ambientes estuarinos e para a redução de processos de degradação física (Senis et al., 2026; Baharuddin, 2026).

As alterações climáticas extremas e as mudanças nas condições físico-químicas dos ambientes aquáticos afetam de maneira significativa as áreas entremarés, nas quais muitas mulheres desenvolvem suas atividades de subsistência (Ramoni-Perazzi et al., 2026; Maliao et al., 2023; Keleman et al., 2024). O aumento da temperatura da água pode reduzir os estoques de moluscos bivalves e diminuir os períodos de maré considerados adequados para a realização segura das atividades de coleta (Ramoni-Perazzi et al., 2026; Maliao et al., 2023; Wagah et al., 2026).

A degradação dos ecossistemas e as alterações nos regimes de precipitação também podem comprometer a utilização de apetrechos tradicionais de pesca, como os cestos confeccionados com fibras naturais (Keleman et al., 2024).

Os eventos climáticos extremos também ampliam a sobrecarga de trabalho das mulheres, especialmente quando exigem deslocamentos mais longos para a obtenção de água potável e de outros recursos essenciais à manutenção familiar (Keleman et al., 2024).

Diante da redução da disponibilidade de recursos costeiros, muitas trabalhadoras recorrem à diversificação das fontes de renda, incluindo atividades agrícolas em áreas de vazante e o comércio informal (Wagah et al., 2026; Keleman et al., 2024).

Apesar de sua contribuição para a conservação ambiental, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para participar de conselhos gestores locais e de estruturas formais de governança pesqueira (Rohe et al., 2018; Torre et al., 2019; Baharuddin, 2026; Chambon et al., 2023). Mais de 80% dos estudos de caso analisados em escala global documentam a ausência ou a participação marginal das pescadoras nos processos decisórios relacionados à regulamentação das atividades pesqueiras (Chambon et al., 2023).

A articulação entre os conhecimentos tradicionais das mulheres e os instrumentos científicos de gestão ambiental sustenta a interpretação de que a justiça distributiva e a justiça procedimental podem contribuir diretamente para o aprimoramento da gestão pesqueira (Kitolelei et al., 2022; Irlanda et al., 2025; Da Silva Mourão et al., 2020).

A produção científica ainda apresenta uma carência significativa de estudos quantitativos capazes de mensurar os impactos biofísicos diretos das práticas de mariscagem sobre a estrutura dos habitats costeiros (Chambon et al., 2023). A maioria das avaliações aborda a participação feminina sob perspectivas socioeconômicas ou relacionadas à subsistência familiar, deixando em segundo plano as investigações ecológicas integradas sobre a dinâmica populacional de invertebrados bentônicos e os efeitos das alterações climáticas em escala local (Ramoni-Perazzi et al., 2026; Hauzer et al., 2013; Chambon et al., 2023). A ausência de dados censitários desagregados por sexo também contribui para a marginalização das mulheres nos processos de planejamento e implementação de

medidas de adaptação climática. Esse cenário reforça a necessidade de abordagens metodológicas mistas, capazes de integrar justiça ambiental, equidade de gênero e conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros (Ramoni-Perazzi et al., 2026; Irlanda et al., 2025; Keleman et al., 2024; Chambon et al., 2023).

Invisibilidade social, desigualdades de gênero e condições de trabalho

As barreiras estruturais que contribuem para a marginalização das trabalhadoras da pesca envolvem a invisibilidade de suas atividades, a sobrecarga das responsabilidades domésticas e de cuidado, os riscos ocupacionais e as dificuldades de acesso à proteção previdenciária, considerando-se também as desigualdades relacionadas à raça, à classe social e ao território (Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025; Solano et al., 2021; Frangoudes et al., 2019; Sitepu et al., 2026).

A naturalização dos papéis de gênero contribui para que o trabalho feminino seja classificado como uma atividade complementar ou como uma forma de ajuda familiar, ocultando atividades econômicas fundamentais sob a perspectiva do trabalho doméstico (Huguenin, 2024; De Los Ángeles Piñeiro-Antelo & Santos, 2021; Strønen, 2025; Frangoudes et al., 2019; Sitepu et al., 2026). As normas culturais também restringem a definição de pesca à captura embarcada em mar aberto, desconsiderando atividades como a coleta de organismos nas zonas entremarés e o processamento do pescado em terra (Huguenin, 2024; Frangoudes et al., 2019; Sitepu et al., 2026; Harper et al., 2017).

A sobrecarga de atividades domésticas e os cuidados com crianças e idosos comprometem o tempo disponível para o trabalho produtivo, impondo jornadas duplas ou triplas que limitam a mobilidade das mulheres e contribuem para a manutenção das desigualdades sociais e econômicas (Solano et al., 2021; De Los Ángeles Piñeiro-Antelo & Santos, 2021; Strønen, 2025; Santos et al., 2024).

As condições de trabalho na pesca artesanal também expõem as mulheres a ambientes insalubres e a riscos ocupacionais, que podem ocasionar lesões musculoesqueléticas crônicas, exposição prolongada à água fria e cortes frequentes durante as atividades de beneficiamento do pescado (Cavole et al., 2025; De Los Ángeles Piñeiro-Antelo & Santos, 2021; Mangubhai et al., 2023; Santos et al., 2024; Finkbeiner et al., 2021). O trabalho contínuo em ambientes estuarinos, especialmente no contato prolongado com o lodo, pode favorecer o desenvolvimento de infecções dermatológicas e outros problemas de saúde, agravados pela ausência ou inadequação de equipamentos de proteção individual (Cavole et al., 2025; Mangubhai et al., 2023; Santos et al., 2024).

No âmbito institucional, as exigências regulamentares para comprovação da atividade profissional podem desfavorecer as marisqueiras, criando obstáculos administrativos para a obtenção de licenças e o acesso a benefícios previdenciários (Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025; Sitepu et al., 2026; Santos et al., 2024).

As desigualdades presentes na pesca artesanal resultam da interação entre gênero, classe social, raça, geração e território, colocando determinadas mulheres, especialmente aquelas pertencentes a grupos racializados, em situações de maior

vulnerabilidade social e econômica (Cavole et al., 2025; Gray, 2026; Cele, 2020; Ferguson, 2021). O racismo estrutural e o isolamento territorial também restringem o acesso aos territórios tradicionais e a equipamentos tecnológicos utilizados nas atividades de captura e beneficiamento (Cavole et al., 2025; Sitepu et al., 2026; Santos et al., 2024; Ferguson, 2021).

As diferenças geracionais podem influenciar as oportunidades de inserção e permanência profissional, enquanto a informalidade das relações econômicas amplia a vulnerabilidade das marisqueiras e das trabalhadoras do processamento diante de diferentes formas de violência doméstica e institucional (Cavole et al., 2025; Gray, 2026; Mangubhai et al., 2023; Gallardo-Fernández & Saunders, 2018).

A literatura científica apresenta uma carência significativa de abordagens metodológicas mistas que integrem saúde ocupacional, barreiras previdenciárias e desigualdades de gênero sob uma perspectiva interseccional (Cavole et al., 2025; Solano et al., 2021; Mangubhai et al., 2023). As pesquisas sobre o trabalho das marisqueiras ainda concentram parte de suas análises em levantamentos pontuais de renda familiar, deixando em segundo plano as investigações sobre patologias musculoesqueléticas decorrentes do trabalho nas zonas entremarés e os efeitos do racismo ambiental sobre a permanência nos territórios tradicionais (Cavole et al., 2025; Gray, 2026; Finkbeiner et al., 2021).

Além disso, a violência de gênero e os impactos das exigências burocráticas sobre o acesso à seguridade social permanecem insuficientemente documentados em termos quantitativos, especialmente nas regiões tropicais. Essa lacuna limita a compreensão das diferentes formas de vulnerabilidade enfrentadas pelas trabalhadoras e dificulta a formulação de políticas públicas voltadas à garantia de direitos e à autonomia feminina (Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025; Mangubhai et al., 2023; Roy et al., 2023; Ferguson, 2021).

Organização coletiva, participação política e empoderamento feminino

A literatura científica demonstra que a participação das mulheres em associações, colônias de pescadores e cooperativas está relacionada a três dimensões principais: os padrões formais e informais de inserção organizacional, as barreiras de gênero que dificultam o acesso aos cargos de decisão e a atuação dos movimentos sociais na conquista de direitos e no fortalecimento da autonomia econômica e territorial (Galappaththi et al., 2022; Gallardo-Fernández & Saunders, 2018; Chambon et al., 2023; Torre et al., 2019).

As mulheres participam das organizações relacionadas à pesca, predominantemente, por meio de estruturas informais paralelas, grupos de autoajuda ou como integrantes sem direito efetivo de voto em assembleias gerais nas quais os homens exercem maior influência (Solano et al., 2021; Irlanda et al., 2025; Soejima & Frangoudes, 2019).

O acesso aos cargos diretivos de cooperativas e colônias de pescadores também enfrenta obstáculos relacionados a normas estatutárias que privilegiam atividades masculinas, como a exigência de comprovação de dias de trabalho

embarcado em alto-mar, desconsiderando atividades como o beneficiamento e a mariscagem realizadas em terra (Solano et al., 2021; Soejima & Frangoudes, 2019; Strønen, 2025). Além disso, as responsabilidades domésticas e os cuidados familiares reduzem a disponibilidade das mulheres para participar de viagens institucionais, reuniões e articulações políticas (Gallardo-Fernández & Saunders, 2018; Solano et al., 2021; Adjei et al., 2023; Strønen, 2025).

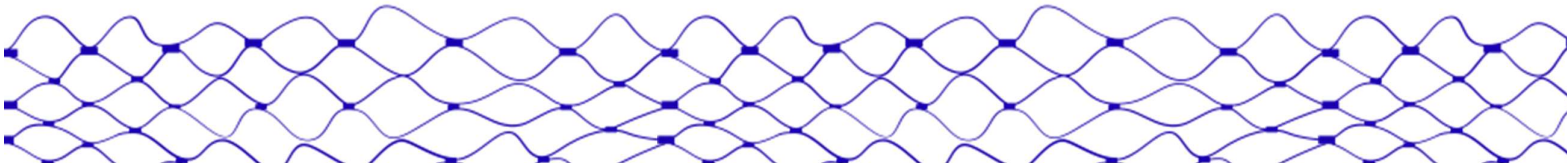
A mobilização de pescadoras e marisqueiras em movimentos sociais contribui para a criação de espaços de reivindicação política e jurídica, especialmente no enfrentamento do racismo institucional e da expropriação dos territórios aquáticos tradicionais (Galappaththi et al., 2022; Soejima & Frangoudes, 2019; Strønen, 2025). As organizações da sociedade civil e as articulações coletivas de mulheres ampliam as pautas de reivindicação, incorporando demandas relacionadas à seguridade social, às licenças profissionais e ao saneamento dos territórios costeiros (Galappaththi et al., 2022; Torre et al., 2019; Soejima & Frangoudes, 2019; Strønen, 2025). Essas iniciativas sustentam a interpretação de que a ação coletiva fortalece o poder de negociação das trabalhadoras e amplia sua capacidade de interlocução com os órgãos ambientais e demais instituições do Estado (Galappaththi et al., 2022; Torre et al., 2019; Rapi et al., 2025).

Modelos produtivos autogestionários, como cooperativas de beneficiamento e grupos de autoajuda (SHGs), também podem contribuir para o fortalecimento da autonomia socioeconômica feminina (Torre et al., 2019; Rapi & Arifin, 2025; Wardhani et al., 2025; Kumar et al., 2021). Os empreendimentos coletivos favorecem a redução da dependência de intermediários comerciais, por meio da aquisição conjunta de insumos e da agregação de valor aos produtos, inclusive mediante a utilização de técnicas artesanais de rotulagem e apresentação comercial (Rapi & Arifin, 2025; Mohamed et al., 2026; Wardhani et al., 2025; Rapi et al., 2025).

Além de possibilitarem a criação de fundos rotativos e o acesso ao crédito solidário, essas redes coletivas podem contribuir para transformar a percepção que as mulheres possuem de si mesmas, fortalecendo sua participação nas decisões familiares e comunitárias (Gallardo-Fernández & Saunders, 2018; Chambon et al., 2023; Torre et al., 2019; Kumar et al., 2021).

Uma das principais lacunas da produção científica sobre a pesca artesanal está relacionada à ausência de estudos longitudinais capazes de acompanhar os efeitos do associativismo ao longo da trajetória profissional das trabalhadoras (Galappaththi et al., 2022; Gladstone et al., 2025; Rapi et al., 2025). Grande parte das pesquisas utiliza abordagens transversais e estudos etnográficos pontuais, documentando os benefícios imediatos da formação de grupos coletivos, mas sem acompanhar sua sustentabilidade financeira ou a permanência das mulheres em cargos de liderança após o encerramento de financiamentos externos (Freeman & Svels, 2022; Chambon et al., 2023; Irlanda et al., 2025; Kumar et al., 2021).

Também são insuficientes os estudos que mensuram a renda líquida das trabalhadoras antes e depois de sua inserção em organizações coletivas, assim como aqueles que investigam a relação entre filiação associativa e acesso efetivo a



benefícios previdenciários, como o seguro-defeso (Galappaththi et al., 2022; Solano et al., 2021; Gladstone et al., 2025; Strønen, 2025). Nesse contexto, o desenvolvimento de pesquisas longitudinais torna-se fundamental para subsidiar políticas públicas duradouras, voltadas à promoção da igualdade de gênero nas comunidades tradicionais costeiras (Galappaththi et al., 2022; Mohamed et al., 2026; Kumar et al., 2021; Rapi et al., 2025).

Políticas públicas e reconhecimento profissional das mulheres da pesca artesanal

A análise das políticas públicas relacionadas às mulheres na pesca artesanal envolve o enquadramento jurídico e previdenciário nacional, os entraves burocráticos relacionados ao Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e as diretrizes voltadas à inclusão produtiva e à governança territorial (Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021; Santos et al., 2024).

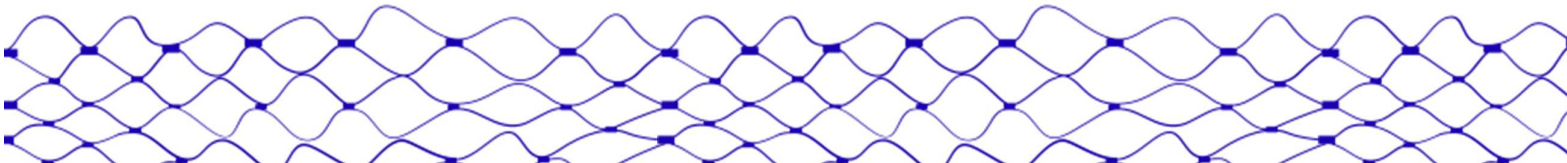
A Lei Federal nº 11.959/2009 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento das atividades pesqueiras. Entretanto, a definição legal de pescador profissional ainda mantém uma relação estreita com a atividade de captura, o que pode dificultar o reconhecimento de determinadas atividades realizadas pelas mulheres ao longo da cadeia produtiva (Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021).

Embora o Decreto nº 8.425/2015 tenha introduzido as categorias de "pescadora" e "trabalhadora de apoio à pesca", o reconhecimento dessas atividades foi posteriormente afetado pelo Decreto nº 8.967/2017, que alterou os critérios de enquadramento das atividades de apoio no contexto da pesca artesanal (Huguenin, 2024; De Andrade et al., 2021). Os direitos à licença-maternidade e à aposentadoria, por sua vez, relacionam-se ao enquadramento das trabalhadoras como seguradas especiais, nos termos da Lei nº 8.213/1991. Entretanto, as dificuldades de reconhecimento profissional e a ausência de abordagens sensíveis às especificidades do trabalho feminino podem comprometer o acesso efetivo a esses benefícios (Cavole et al., 2025; Santos et al., 2024).

A legislação pesqueira historicamente privilegia a atividade de captura embarcada, contribuindo para a invisibilidade das atividades de beneficiamento realizadas pelas mulheres nas políticas públicas direcionadas ao setor (Huguenin, 2024; De Andrade et al., 2021; Mendes et al., 2020; Harper et al., 2017).

A classificação de determinadas trabalhadoras como integrantes de categorias de apoio pode restringir seu acesso ao seguro-defeso, especialmente quando o benefício exige a comprovação do exercício direto da pesca de espécies submetidas a períodos de defeso (Huguenin, 2024; Santos et al., 2024).

Além disso, a utilização de termos masculinos genéricos em determinados instrumentos normativos pode reforçar formas indiretas de discriminação, contribuindo para a manutenção da percepção de que o trabalho feminino constitui apenas uma atividade doméstica complementar (Huguenin, 2024; Santos et al., 2024; Sitepu et al., 2026).



A obtenção da licença de pescador profissional artesanal por meio do RGP envolve exigências documentais que nem sempre contemplam as especificidades da mariscagem realizada a pé e das atividades de processamento desenvolvidas em terra (Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025; Mendes et al., 2020; Santos et al., 2024). Essas exigências burocráticas também se relacionam às dificuldades de inserção das mulheres em entidades representativas tradicionais, historicamente estruturadas sob predominância masculina (Mendes et al., 2020; Solano et al., 2021; Higgins et al., 2025).

A superação da vulnerabilidade socioeconômica das trabalhadoras exige políticas públicas que articulem a inclusão produtiva ao enfrentamento das desigualdades de gênero nas comunidades pesqueiras (Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025; Nakamura & Hazin, 2020; De Freitas & Machado, 2025). O reconhecimento profissional formal, embora indispensável, não é suficiente sem a garantia de infraestrutura adequada para o beneficiamento do pescado, serviços de apoio aos cuidados familiares, como creches comunitárias, e acesso ao crédito produtivo sem dependência da titularidade masculina (Huguenin, 2024; De Andrade et al., 2021; De Los Ángeles Piñeiro-Antelo & Santos, 2021; Strønen, 2025; Sitepu et al., 2026).

Essa realidade sustenta a interpretação de que o avanço no reconhecimento formal das trabalhadoras precisa ser acompanhado de transformações nas condições de distribuição de recursos e na participação feminina nos processos decisórios (Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025; Chambon et al., 2023; Strønen, 2025).

Entre as medidas que podem contribuir para o fortalecimento da participação feminina na pesca artesanal, destacam-se:

- Ampliar o acesso das mulheres pescadoras às linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), possibilitando a aquisição de equipamentos de refrigeração, conservação e beneficiamento do pescado (De Andrade et al., 2021; Bonfá, 2025; Sitepu et al., 2026);
- Instituir mecanismos de participação feminina nos espaços de governança pesqueira, garantindo representação efetiva nos processos decisórios e superando formas meramente simbólicas de participação (Cavole et al., 2025; Purcell et al., 2020; Chambon et al., 2023; Strønen, 2025);
- Implementar sistemas governamentais de produção e organização de dados estatísticos desagregados por sexo, contribuindo para corrigir a histórica sub-representação das marisqueiras nos registros oficiais do setor pesqueiro (Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021; Solano et al., 2021; Harper et al., 2017).

A literatura científica brasileira ainda apresenta uma carência de avaliações empíricas longitudinais capazes de mensurar a efetividade dos programas governamentais sobre as condições de trabalho e a autonomia financeira das pescadoras (Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021; Szymkowiak, 2020). As

pesquisas concentram-se, majoritariamente, na análise crítica da legislação e em estudos qualitativos pontuais, sem apresentar indicadores suficientes sobre a cobertura do seguro-defeso desagregados por gênero ou diagnósticos abrangentes dos impactos das atividades pesqueiras sobre a saúde ocupacional das marisqueiras (Huguenin, 2024; Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021; Gamarra et al., 2023).

O preenchimento dessas lacunas é fundamental para subsidiar o aprimoramento das políticas públicas e das ações institucionais do Ministério da Pesca e Aquicultura e dos órgãos responsáveis pela previdência social, assegurando maior reconhecimento profissional, proteção social e equidade de gênero nas comunidades pesqueiras (Cavole et al., 2025; De Andrade et al., 2021; Nakamura & Hazin, 2020; Gamarra et al., 2023).

Considerações finais

A presente revisão bibliográfica evidencia que as mulheres pescadoras e marisqueiras desempenham um papel fundamental na manutenção da pesca artesanal, contribuindo diretamente para a sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental das comunidades tradicionais. Sua participação ultrapassa as atividades de captura, coleta e beneficiamento do pescado, abrangendo também a geração de renda, a segurança alimentar, a preservação dos conhecimentos tradicionais, a conservação dos ecossistemas costeiros e a organização coletiva dos territórios pesqueiros. Dessa forma, compreende-se que o protagonismo feminino constitui um elemento indispensável para a continuidade das atividades pesqueiras artesanais e para a reprodução dos modos de vida das comunidades tradicionais.

No âmbito socioeconômico, observa-se que a atuação das mulheres em diferentes etapas da cadeia produtiva contribui significativamente para a manutenção da renda familiar e para a dinamização das economias locais. Entretanto, a divisão sexual do trabalho e a histórica associação das atividades femininas ao ambiente doméstico ainda favorecem a desvalorização de suas contribuições, especialmente nas etapas de beneficiamento, conservação e comercialização do pescado. Essa realidade demonstra que o reconhecimento da participação feminina precisa ultrapassar a identificação das atividades desenvolvidas, contemplando também sua importância econômica e sua contribuição para a autonomia das famílias e das comunidades pesqueiras.

Em relação aos aspectos culturais e ambientais, a literatura destaca a importância das pescadoras e marisqueiras na preservação e transmissão intergeracional dos saberes tradicionais, especialmente aqueles relacionados à dinâmica das marés, aos ciclos biológicos dos organismos aquáticos, às práticas de coleta e ao uso dos recursos naturais. Esses conhecimentos representam um patrimônio biocultural que contribui para a construção da identidade territorial e para o fortalecimento das práticas comunitárias de conservação ambiental. Nesse sentido, a valorização dos conhecimentos ecológicos tradicionais das mulheres constitui uma estratégia relevante para aproximar os saberes populares e

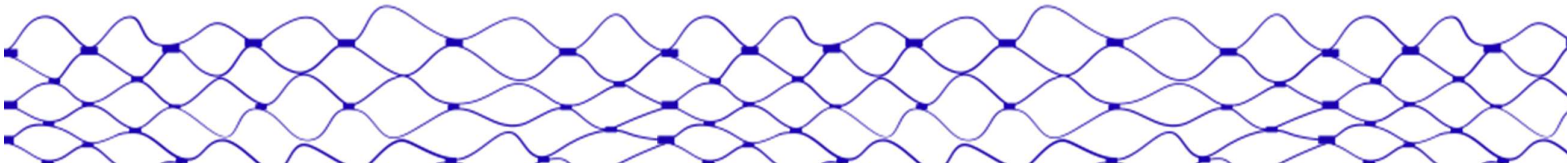
científicos, favorecendo a construção de iniciativas de gestão participativa e sustentabilidade dos ecossistemas costeiros e estuarinos.

Apesar dessas contribuições, persistem desafios estruturais relacionados à invisibilidade social, às desigualdades de gênero, à sobrecarga do trabalho doméstico, às condições ocupacionais e às dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. A participação limitada das mulheres nos espaços de representação política e de tomada de decisão também evidencia a necessidade de fortalecer mecanismos de inclusão e reconhecimento profissional. Embora a organização coletiva, o associativismo e o cooperativismo representem importantes instrumentos de fortalecimento da autonomia feminina, sua efetividade depende de condições institucionais, econômicas e sociais que assegurem a participação das mulheres de maneira equitativa e permanente.

No campo das políticas públicas, os estudos analisados apontam que o reconhecimento formal das pescadoras e marisqueiras deve estar associado à ampliação do acesso à proteção social, ao crédito produtivo, à infraestrutura de beneficiamento, à capacitação profissional e aos espaços de governança pesqueira. Torna-se necessário, portanto, desenvolver políticas públicas que considerem as especificidades das atividades femininas na pesca artesanal, reconhecendo não apenas o trabalho diretamente relacionado à captura, mas também as atividades de coleta, processamento, conservação e comercialização dos recursos pesqueiros. A produção de informações estatísticas desagregadas por sexo também representa uma medida importante para ampliar a visibilidade dessas trabalhadoras e subsidiar ações institucionais mais adequadas às suas realidades.

A revisão também evidencia lacunas na produção científica, especialmente no que se refere à mensuração da contribuição econômica do trabalho feminino não remunerado, à avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre as atividades de mariscagem, à investigação dos riscos ocupacionais e à análise dos efeitos do associativismo sobre a autonomia financeira e a participação política das mulheres. Além disso, observa-se a necessidade de ampliar as pesquisas que documentem os conhecimentos ecológicos tradicionais femininos e sua contribuição para a conservação dos manguezais, estuários e demais ambientes utilizados pelas comunidades pesqueiras. Essas lacunas demonstram a importância de desenvolver estudos interdisciplinares, com abordagens qualitativas e quantitativas, que considerem as diferentes dimensões do trabalho e da experiência feminina nos territórios pesqueiros.

Diante desse cenário, conclui-se que o protagonismo das mulheres pescadoras e marisqueiras precisa ser compreendido como uma dimensão estruturante da pesca artesanal, e não como uma participação secundária ou complementar ao trabalho masculino. Seu reconhecimento representa não apenas uma questão de equidade de gênero, mas também uma condição necessária para o fortalecimento da sustentabilidade, da justiça social, da conservação ambiental e da valorização dos territórios tradicionais. Assim, promover a visibilidade dessas trabalhadoras significa reconhecer sua contribuição histórica, econômica, cultural e



política para a manutenção das comunidades pesqueiras e para a construção de modelos de desenvolvimento social e ambientalmente sustentáveis.

Referências Bibliográficas

ADISA, S., KADAGI, N. I., ATER, S., WAMBIJI, N., OKERI, M. N., & SERRA, R. (2025). Artisanal billfish fisheries: gender roles, challenges, and opportunities. Frontiers in Marine Science. https://doi.org/10.3389/fmars.2025.1658666

ADJEI, M., OWUSU, V. L., & ESSIEN, R. S. (2023). The Role of Socioeconomic Factors, Psychological Motivations, and Social Networks in Women's Participation in Community-Based Fishery Management in Ghana. Coastal Management, 51, 211 - 230. https://doi.org/10.1080/08920753.2023.2211373

AGUIRRE-MUNIZAGA, C., CONTRERAS-HERNÁNDEZ, P., & MONDACA-ROJAS, C. (2024). Mujeres en el espacio marino. Estudios atacameños. https://doi.org/10.22199/issn.0718-1043-2024-0015

AMEYAW, A., BRECKWOLDT, A., REUTER, H., & AHETO, D. (2020). From fish to cash: Analyzing the role of women in fisheries in the western region of Ghana. Marine Policy, 113, 103790. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2019.103790

ANTONIO, L., AME, E. C., BALLAD, E. L., RAMOS-CASTRO, M., ANGELES, I., & LIBATIQUE-ASPREC, M. (2025). Gender Participation in the Capture and Marketing Sectors of the Glass Eel Fisheries in Aparri, Cagayan, Philippines. The Philippine Journal of Fisheries. https://doi.org/10.31398/tpjf/32.1.2024-0029

BAHARUDDIN, S. M. (2026). Living with the Tides: Adaptive Coastal Knowledge and Mangrove Governance in Southeast Sulawesi. Sustainable and Equitable Earth Development. https://doi.org/10.53893/tnp1dc06

BISWAS, N., & STACEY, N. (2025). "A book of myths in which our names do not appear": a historical overview of women's economic participation in the commercial seafood sector of the Northern Territory, Australia. Maritime Studies, 24. https://doi.org/10.1007/s40152-025-00456-7

BONFÁ, D. (2025). Um século de políticas públicas pesqueiras no Brasil: uma análise da formulação à implementação entre 1919 e 2016. Revista Macambira. https://doi.org/10.35642/rm.v9i1.1363

BRADFORD, K., & KATIKIRO, R. (2019). Fighting the tides: A review of gender and fisheries in Tanzania. Fisheries Research. https://doi.org/10.1016/j.fishres.2019.04.003

CAVOLE, L., GRAGNOLATI, M., LOPES, P. F., GIARRIZZO, T., & REIS-FILHO, J. A. (2025). Unveiling Gender Disparities: The Role of Women in Transforming Small-Scale Fisheries. Fish and Fisheries. https://doi.org/10.1111/faf.70023

CELE, N. (2020). Are you a fisher or mussel collector?: Examining gendered identity markers in the small-scale fishing industry. Agenda, 34, 141 - 150. https://doi.org/10.1080/10130950.2020.1721195

CHAMBON, M., MIÑARRO, S., ALVAREZ FERNANDEZ, S., PORCHER, V., REYES-GARCÍA, V., & ZIVERI, P. (2023). A synthesis of women's participation in small-scale fisheries management: why women's voices matter. Reviews in Fish Biology and Fisheries, 34, 43 - 63. https://doi.org/10.1007/s11160-023-09806-2

CHUKU, E., EFFAH, E., ADOTEY, J., ABROKWAH, S., ADADE, R., OKYERE, I., AHETO, D., KENT, K., OSEI, I., OMOGBEMI, E. D., ADITE, A., AHOEDO, K., SANKOH, S., SORO, Y., WÉLÉ, M., SAINE, D. F., & CRAWFORD, B. (2022). Spotlighting Women-Led Fisheries

Livelihoods Toward Sustainable Coastal Governance: The Estuarine and Mangrove Ecosystem Shellfisheries of West Africa. Frontiers in Marine Science. https://doi.org/10.3389/fmars.2022.884715

DA SILVA, J. R. P., DA SILVA, G. K. A., & VENDEL, A. L. (2022). Socioeconomic attributes and traditional knowledge of artisanal fishermen communities in northeastern Brazil. Gaia Scientia. https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-1268.2022v16n1.62267

DA SILVA, A. F., PINHEIRO, E. C. P., DE BRITO ALMEIDA, B., COSTA, J. S., DA COSTA, A. C., & DE SOUSA, R. L. (2025). PROTAGONISMO DAS MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA EM UM MUNICÍPIO PARAENSE. ARACÊ. https://doi.org/10.56238/arev7n6-042

DA SILVA MOURÃO, J., BARACHO, R. L., DE FARIA LOPES, S., MEDEIROS, M. C., & DIELE, K. (2021). The harvesting process and fisheries production of the venus clam Anomalocardia flexuosa in a Brazilian extractive reserve, with implications for gender-sensitive management. Ocean & Coastal Management. https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2021.105878

DA SILVA MOURÃO, J., BARACHO, R. L., MARTEL, G., BARBOZA, R. R. D., & DE FARIA LOPES, S. (2020). Local ecological knowledge of shellfish collectors in an extractivist reserve, Northeast Brazil: implications for co-management. Hydrobiologia, 847, 1977-1997. https://doi.org/10.1007/s10750-020-04226-w

DA SILVA MORALES, Ú., SANTOS, L. B. C., DE SOUZA, L. P., DA SILVA, L. M. A., & FLORENTINO, A. (2025). SOCIAL AND TECHNICAL ASPECTS OF FISHING IN THE ARAGUARI RIVER BASIN, AMAPÁ STATE/BRAZIL. ARACÊ. https://doi.org/10.56238/arev7n2-275

DE ANDRADE, M. M., XAVIER, L. Y., DE MIRANDA GRILLI, N., DE OLIVEIRA, C. C., DE ANDRADE, D., BARRETO, G. C., HELLEBRANDT, L., GALVÃO, M. C., DA SILVA, S. T., MONT'ALVERNE, T., & GONÇALVES, L. (2021). Gender and small-scale fisheries in Brazil: insights for a sustainable development agenda. Ocean and Coastal Research. https://doi.org/10.1590/2675-2824069.21033mmda

DE LOS ÁNGELES PIÑEIRO-ANTELO, M., & SANTOS, X. (2021). Shellfishing on foot and the road to defeminization in Galicia (Spain). Maritime Studies, 20, 341 - 354. https://doi.org/10.1007/s40152-021-00228-z

DE SOUZA, J. B. (2021). The waters where women fish: an analysis of the invisibilities and inequalities in fishing activity in the oil-producing municipalities of the Campos Basin 1.

DE SOUSA, W. L., ZACARDI, D., & VIEIRA, T. (2022). Traditional Ecological Knowledge of Fishermen: People Contributing towards Environmental Preservation. Sustainability. https://doi.org/10.3390/su14094899

DE FREITAS, D. D., & MACHADO, I. C. (2025). Women in fisheries: Leadership and Representation of the Artisanal Sector during the COVID-19 Pandemic. Ambiente & Sociedade. https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc01581vu28l40a

DEY, S., & DAS, S. (2025). Probabilities and Potentialities of SHG-led Women Entrepreneurship in the Fish Processing and Value Addition Sector. Next Gen Multidisciplinary Research. https://doi.org/10.66132/mr010103

FERGUSON, C. E. (2021). A Rising Tide Does Not Lift All Boats: Intersectional Analysis Reveals Inequitable Impacts of the Seafood Trade in Fishing Communities. https://doi.org/10.3389/fmars.2021.625389

FINKBEINER, E., FITZPATRICK, J., & YADAO-EVANS, W. (2021). A call for protection of women's rights and economic, social, cultural (ESC) rights in seafood value chains. Marine Policy, 128, 104482. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2021.104482

FLASSY, M., & BAJARI, A. (2026). Empowerment of Traditional Fisherwomen of the Sentani Tribe in Asei Kecil Village, Jayapura Regency. Jurnal Multidisiplin Madani. https://doi.org/10.55927/mudima.v6i3.17

FRANGOUDES, K., HERRY, J., MYLONA, D., VANLAER, C., & DELANEY, A. (2023). Gender, a key dimension for the future of maritime cultural heritage research: cases from Europe and East Asia. Maritime Studies, 22. https://doi.org/10.1007/s40152-023-00316-2

FREEMAN, R., & SVELS, K. (2022). Women's empowerment in small-scale fisheries: The impact of Fisheries Local Action Groups. Marine Policy. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2021.104907

GALAPPATHTHI, M., ARMITAGE, D., & COLLINS, A. M. (2022). Women's experiences in influencing and shaping small-scale fisheries governance. Fish and Fisheries. https://doi.org/10.1111/faf.12672

GLADSTONE, F., BASURTO, X., FRAWLEY, T., NENADOVIĆ, M., DYCK, S. R.-V., WEAVER, A., MICHELI, F., TORRE, J., & LESLIE, H. M. (2025). Governing access and agency: cooperative and non-cooperative forms influence small-scale fisher livelihood vulnerability and adaptation. Ecology and Society. https://doi.org/10.5751/es-15964-300323

GALLARDO-FERNÁNDEZ, G. L., & SAUNDERS, F. (2018). "Before we asked for permission, now we only give notice": Women's entrance into artisanal fisheries in Chile. Maritime Studies, 17, 177-188. https://doi.org/10.1007/s40152-018-0110-z

GAMARRA, N. C., COSTA, A., FERREIRA, M., DIELE-VIEGAS, L., SANTOS, A. P., LADLE, R., MALHADO, A. C., & CAMPOS-SILVA, J. (2023). The contribution of fishing to human well-being in Brazilian coastal communities. Marine Policy. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2023.105521

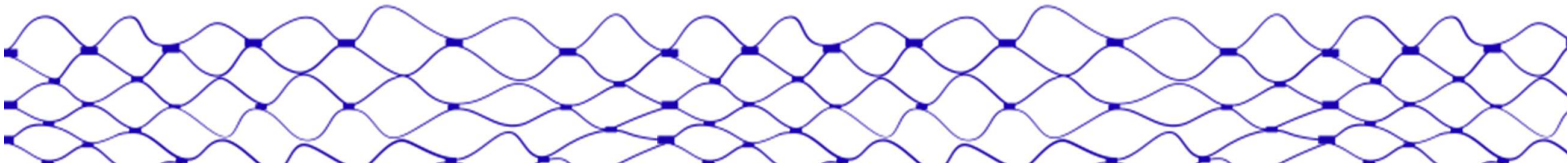
GRAY, H. (2026). Beyond the catch: examining the gendered and migrant workforce in Scotland's post-harvest fishery. Maritime Studies, 25. https://doi.org/10.1007/s40152-026-00521-9

GONÇALVES, H. J. B., RIBEIRO, M. L., FERRANTE, V. B., & QUEDA, O. (2020). MULHERES NA ATIVIDADE PESQUEIRA: UM ESTUDO NA COMUNIDADE DE NZETO-ANGOLA. https://doi.org/10.25061/2527-2675/rebram/2020.v23i3.1126

GOPAL, N., HAPKE, H., KUSAKABE, K., RAJARATNAM, S., & WILLIAMS, M. J. (2020). Expanding the horizons for women in fisheries and aquaculture. Gender, Technology and Development, 24, 1 - 9. https://doi.org/10.1080/09718524.2020.1736353

GUEDES, A. C. B., DA SILVA, F. N. L., DE ARAÚJO OLIVEIRA, L. A., DA SILVA, F. R., & DE SÁ BARBOSA, R. (2021). The role of women in artisanal fishing on the Oléria River, Marajó archipelago, Brazil. Research, Society and Development, 10. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11816

GUSTAVSSON, M., & RILEY, M. (2018). Women, capitals and fishing lives: exploring gendered dynamics in the Llŷn Peninsula small-scale fishery (Wales, UK). Maritime Studies, 17, 223-231. https://doi.org/10.1007/s40152-018-0102-z



HARPER, S., GRUBB, C., STILES, M., & SUMAILA, U. (2017). Contributions by Women to Fisheries Economies: Insights from Five Maritime Countries. Coastal Management, 45, 106 - 91. https://doi.org/10.1080/08920753.2017.1278143

HAUZER, M., DEARDEN, P., & MURRAY, G. (2013). The fisherwomen of Ngazidja island, Comoros: Fisheries livelihoods, impacts, and implications for management. Fisheries Research, 140, 28-35. https://doi.org/10.1016/j.fishres.2012.12.001

HERRERA-RACIONERO, P., LIZCANO, E., MIRET-PASTOR, L., & MASCARELL, Y. (2020). 'The Sea is Our Life'. Woman in the Fishery Sector of the Valencian Community. Sociologia Ruralis. https://doi.org/10.1111/soru.12318

HIGGINS, S. S. S., NEVES, J. A. B., HUGUENIN, F. P., DA COSTA, J., & TIMÓTEO, G. (2025). Social capital and women's earnings in traditional fisheries: Evidence from the Campos Basin (State of Rio de Janeiro, Brazil). Marine Policy. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2024.106504

HUGUENIN, F. P. (2024). "If we had the right, we wouldn't need to be protesting for nothing": the struggle of shellfish gatherers from Farol de São Thomé, RJ - Brazil against gender stereotypes in public policies. Revista Direito e Práxis. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/69221i

IRLANDA, C. F. E., MANGUBHAI, S., WAQA, E., GOVAN, H., JAGADISH, A., LESTER, S. E., MILLS, M., TABUNAKAWAI-VAKALALABURE, M., TAWAKE, A., & O'GARRA, T. (2025). Insights on the roles of women in effective and procedurally just environmental governance from coastal fisheries management in Fiji. Conservation Biology, 39. https://doi.org/10.1111/cobi.70121

KELEMAN, P.-J., SÁ, R., & TEMUDO, M. (2024). Drifting Away from the Roots: Genderfluidity as Diola's Mangrove Fishing Strategies in Three Island-Villages of Northern Guinea-Bissau. Human Ecology, 52, 935 - 951. https://doi.org/10.1007/s10745-024-00544-y

KELEMAN, P.-J., NACUTUM, L. N. O., MANÉ, A. B., SÁ, R., & TEMUDO, M. (2026). Species Naming as Child's Play? Generational and Gendered Knowledge of Fishery Resources in Bissau-Guinean Mangroves. Ethnobotany and Economic Botany, 80, 285 - 303. https://doi.org/10.1007/s12231-026-09666-4

KITOLELEI, S., BRECKWOLDT, A., KITOLELEI, J. V., & MAKHOUL, N. (2022). Fisherwomen's Indigenous and local knowledge - the hidden gems for the management of marine and freshwater resources in Fiji. https://doi.org/10.3389/fmars.2022.991253

KITOLELEI, S., LOWRY, J., QAQARA, N., RYLE, J., VEITAYAKI, J., & PIOVANO, S. (2022). Spatial use of marine resources in a rural village: A case study from Qoma, Fiji. https://doi.org/10.3389/fmars.2022.993103

KUMAR, N., RAGHUNATHAN, K., ARRIETA, A., JILANI, A., & PANDEY, S. (2021). The power of the collective empowers women: Evidence from self-help groups in India. World Development, 146. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105579

LAVOIE, A., LEE, J., SPARKS, K., HOSETH, G., & WISE, S. (2019). Engaging with Women's Knowledge in Bristol Bay Fisheries through Oral History and Participatory Ethnography. Fisheries. https://doi.org/10.1002/fsh.10271

LENTISCO, A., & LEE, R. (2015). A REVIEW OF WOMEN'S ACCESS TO FISH IN SMALL-SCALE FISHERIES.

MAHMUD, K. T., ZAMAN, F., & HAQUE, A. M. B. M. (2025). Gender disparities and barriers for fisherwomen in the fisheries value chain system: a review of global perspectives. Gender, Technology and Development, 29, 304 - 325. https://doi.org/10.1080/09718524.2025.2509194

MALIAO, R., CAHILIG, R. C., CAHILIG, R. R., & JASPE, B. T. (2023). Climate change, traditional ecological knowledge, and riverine biodiversity conservation: a case in Aklan, Central Philippines. Environment, Development and Sustainability, 1-23. https://doi.org/10.1007/s10668-023-04096-x

MÁNEZ, K. S., & PAUWELUSSEN, A. P. (2016). Fish Is Women's Business Too: Looking at Marine Resource Use Through a Gender Lens. 193-211. https://doi.org/10.1007/978-94-017-7496-3_11

MANGUBHAI, S., BARCLAY, K., LAWLESS, S., & MAKHOUL, N. (2023). Gender-based violence: Relevance for fisheries practitioners. Fish and Fisheries. https://doi.org/10.1111/faf.12747

MANYUNGWA, C., HARA, M., & CHIMATIRO, S. (2019). Women's engagement in and outcomes from small-scale fisheries value chains in Malawi: effects of social relations. Maritime Studies, 18, 275 - 285. https://doi.org/10.1007/s40152-019-00156-z

MELO, F. F.-R. F., TORRE, J., CUEVAS-GÓMEZ, G. A., AMADOR-CASTRO, I. G., VELÁZQUEZ-CASTILLO, M. A., & ESPINOZA-TENORIO, A. (2024). Inheriting wisdom: transfer of traditional, scientific, and ecological knowledge in fishing communities in Mexico. Frontiers in Sustainability. https://doi.org/10.3389/frsus.2024.1386259

MENDES, B., DA SILVA, G. F., & FERREIRA, F. N. (2020). Processos de invisibilização das mulheres na atividade pesqueira nas legislações brasileiras entre 1846-1990. 66. https://doi.org/10.15210/clio.v4i7.17078

MOHAMED, A. A., OMAR, O. E., AHMED, A. A., MOHAMED, L., & BILOW, I. A. (2026). The limited role of women in small-scale fisheries in Mogadishu, Somalia; cultural norms, access to resources and educational attainment. Frontiers in Sociology, 11. https://doi.org/10.3389/fsoc.2026.1785217

NAKAMURA, J. N., & HAZIN, F. (2020). Assessing the Brazilian federal fisheries law and policy in light of the Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-scale fisheries. Marine Policy, 113, 103798. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2019.103798

NANDI, P., A.-F., PAUL, S. K., & SAHA, D. (2026). Unveiling the hidden contribution of women in a hilsa fishery, Bangladesh. Development in Practice. https://doi.org/10.1080/09614524.2026.2663384

OLANIYI, A., ADELEKE, L., FAGBERO, O. A., & IRABOR, A. (2025). Investigation of gender roles and challenges in the tilapia value chain activities in Ogun State, Nigeria. Aquaculture International, 33. https://doi.org/10.1007/s10499-025-02346-5

PEDROZA-GUTIÉRREZ, C., & HAPKE, H. (2021). Women's work in small-scale fisheries: a framework for accounting its value. Gender, Place & Culture, 29, 1733 - 1750. https://doi.org/10.1080/0966369x.2021.1997936

PEDROZA-GUTIÉRREZ, C., SOLANO, N., FERNÁNDEZ-RIVERA-MELO, F., & HERNÁNDEZ-HERRERA, I. (2024). What are the factors that enable or hinder gender equality? Lessons and experiences on gender dynamics in Mexican small-scale fisheries. Marine Policy. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2023.105944

PURCELL, S., TAGLIAFICO, A., CULLIS, B., & GOGEL, B. (2020). Understanding Gender and Factors Affecting Fishing in an Artisanal Shellfish Fishery. https://doi.org/10.3389/fmars.2020.00297

RAPI, M., HIJJANG, P., & ARIFIN, A. (2025). COLLECTIVE BUSINESS MODELS FOR WOMEN'S EMPOWERMENT IN SMALL-SCALE FISHERIES: EVIDENCE FROM TALISAYAN, INDONESIA. Lex localis - Journal of Local Self-Government. https://doi.org/10.52152/2dpv5187

RAPI, M., & ARIFIN, A. (2025). Women's Agency and Institutional Change in Small-Scale Fisheries: Evidence from Talisayan, Indonesia. Proceeding International Collaborative Conference on Multidisciplinary Science. https://doi.org/10.70062/iccms.v2i2.191

RAMONI-PERAZZI, J., ORLANDONI-MERLI, G., SOTO-WERSCHITZ, A., CRESCENZI, D., MUNISSA, D., GONCA, G., MAZUZE, G., ALBERTO, M., BERNARDINI, N., CAMALE, N., NANVONAMUQUITXO, S., ATTORRE, F., NICOSIA, E., MAPANGA, S. F., & RAMONI-PERAZZI, P. (2026). Socioeconomics of Artisanal Fishery and Shellfish Collection in Mozambique: A Gender Perspective from Inhaca Island. Sustainability. https://doi.org/10.3390/su18020578

RENCK, V., LUDWIG, D., REIS-FILHO, J. A., FONSECA, J., & EL-HANI, C. (2025). Differentiation of Expertise in Local Communities: Insights From Artisanal Fishing Villages in Brazil. Journal of Ethnobiology, 45, 400 - 415. https://doi.org/10.1177/02780771251374882

RIBEIRO, N. S., & NASCIMENTO, G. (2020). Guardiãs das tradições: mulheres da pesca em Arraial do Cabo - RJ. 20-33. https://doi.org/10.25242/8876102920202204

RIBEIRO, C. M., FÉLIX-SILVA, A. V., & BRAGA, O. R. (2024). Mulheres das águas: do grito da pesca ao grito da pescadora artesanal. Plural. https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2024.230091

RICE, E. D., BENNETT, A., MUHONDA, P., KATENGEZA, S., KAWAYE, P., LIVERPOOL-TASIE, L., INFANTE, D. M., & TSCHIRELY, D. L. (2023). Connecting gender norms and economic performance reveals gendered inequities in Malawian small-scale fish trade. Maritime Studies, 22. https://doi.org/10.1007/s40152-023-00337-x

RODRIGUES, D. H. X. B. C., DE LIMA PATRIZI JORGE, C., DE OLIVEIRA, M. F., & LIANZA, S. (2018). A participação das mulheres na pesca artesanal: uma pesquisa exploratória no Canto de Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro. Revista Tecnologia e Sociedade, 14. https://doi.org/10.3895/rts.v14n32.7917

ROHE, J., SCHLÜTER, A., & FERSE, S. (2018). A gender lens on women's harvesting activities and interactions with local marine governance in a South Pacific fishing community. Maritime Studies, 17, 155-162. https://doi.org/10.1007/s40152-018-0106-8

ROY, A., MANNA, R., GHOSH, S., SAHU, S. K., & DAS, B. K. (2023). Assessment of women's contribution in small-scale fisheries in Indian Sundarbans: Issues, strategies, and way forward for sustainability. Fisheries Management and Ecology. https://doi.org/10.1111/fme.12630

SALMI, P., & SONCK-RAUTIO, K. (2018). Invisible work, ignored knowledge? Changing gender roles, division of labor, and household strategies in Finnish small-scale fisheries. Maritime Studies, 17, 213-221. https://doi.org/10.1007/s40152-018-0104-x

SZYMKOWIAK, M. (2020). Genderizing fisheries: Assessing over thirty years of women's participation in Alaska fisheries. Marine Policy, 115, 103846. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2020.103846

SITEPU, I. V. R., PANJAITAN, H., & SARAGI, P. (2026). Women Fishers' Access to Economic Resources from the Perspectives of Gender Equality and Legal Justice. Journal of Law, Politic and Humanities. https://doi.org/10.38035/jlph.v6i2.3043

SANTOS, A. N. (2015). Fisheries as a way of life: Gendered livelihoods, identities and perspectives of artisanal fisheries in eastern Brazil. Marine Policy, 62, 279-288. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2015.09.007

SANTOS, L. P. J. D., SILVA, A., SENA, M. C., GOMES, S., & CHAGAS, R. A. D. (2021). O trabalho da mulher pescadora: um estudo de caso no Estado do Pará. ACTA OF FISHERIES AND AQUATIC RESOURCES. https://doi.org/10.46732/actafish.2012.9.1.72-77

SANTOS, L. S. P. D., SOUTO, F. J. B., DE AZEVEDO KOCH, E. B., & COSTA, E. M. (2024). Women and Artisanal Fishing in the Quilombola Community of Santiago do Iguape, Bahia: Historical Contributions and Current Challenges. Revista de Gestão Social e Ambiental. https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n10-223

SANTOS, R. R. O., VIEIRA, J. N., NASCIMENTO, D. C. D., LASALVIA, V. C., & DE SANTANA PADILHA, A. (2019). Conceptions on the Protagonism of Women Fishing. Advances in Applied Sociology. https://doi.org/10.4236/aasoci.2019.97020

STRØNEN, I. Å. (2025). Defiant Women of the Sea: Challenging the Gendering of the Spanish Fishery Sector. Economic Anthropology. https://doi.org/10.1002/sea2.70025

SOEJIMA, K., & FRANGOUDES, K. (2019). Fisheries women groups in Japan: a shift from well-being to entrepreneurship. Maritime Studies, 18, 297 - 304. https://doi.org/10.1007/s40152-019-00160-3

SOLANO, N., LÓPEZ-ERCILLA, I., MELO, F. F.-R. F., & TORRE, J. (2021). Unveiling Women's Roles and Inclusion in Mexican Small-Scale Fisheries (SSF). https://doi.org/10.3389/fmars.2020.617965

SENIS, Y., BLESS, A. E., UNGIRWALU, A., MUZENDI, A. S. M., MATULESI, M., YENDRI, Y., S., & MUNRO, J. (2026). Women's Contributions to Mangrove Ecosystems: Indigenous Governance, Exploitation Practices, and Adaptation Strategies in Enggros and Tobati, Youtefa Bay. BIO Web of Conferences. https://doi.org/10.1051/bioconf/202621301007

TEIXEIRA, S. F. (2019). Mollusc Gathering in Tropical Regions of Brazil. Molluscs. https://doi.org/10.5772/intechopen.83588

THOMPSON, P. (1985). Women in the Fishing: The Roots of Power between the Sexes. Comparative Studies in Society and History, 27, 3 - 32. https://doi.org/10.1017/s0010417500013645

TILLEY, A., BURGOS, A., DUARTE, A., LOPES, D. R. J., ERIKSSON, H., & MILLS, D. (2020). Contribution of women's fisheries substantial, but overlooked, in Timor-Leste. Ambio, 50, 113 - 124. https://doi.org/10.1007/s13280-020-01335-7

TORELL, E. C., CASTRO, J., LAZARTE, A., & BILECKI, D. (2020). Analysis of Gender Roles in Philippine Fishing Communities. Journal of International Development. https://doi.org/10.1002/jid.3520

TORRE, J., HERNÁNDEZ-VELASCO, A., RIVERA-MELO, F. F., LOPEZ, J., & ESPINOSA-ROMERO, M. J. (2019). Women's empowerment, collective actions, and sustainable fisheries: lessons from Mexico. Maritime Studies, 18, 373 - 384. https://doi.org/10.1007/s40152-019-00153-2

TORRE, J., HERNÁNDEZ-VELASCO, A., RIVERA-MELO, F. F., LOPEZ, J., & ESPINOSA-ROMERO, M. J. (2019). Women's empowerment, collective actions, and sustainable fisheries: lessons from Mexico. Maritime Studies, 18, 373 - 384. https://doi.org/10.1007/s40152-019-00153-2

WARDHANI, A. A., ARWINDA, S., SOLECHAN, A., SHIBGHATALLOH, A., SYAFRUDIN, H. A., & MUSLIHA, C. (2025). Women as Pillars of Coastal Economic Resilience: Role Transformation, Empowerment, and Gender Support in the Juwana Coastal Community. Jurnal Ilmu Sosial dan Humaniora. https://doi.org/10.23887/jish.v14i2.95632

WAGAH, E., NYBOER, E., GICHANA, Z., OGELLO, E., OSODO, J., OGEDA, O., KALAPOS, T., & MÓLNAR, Z. (2026). Negotiating change in the African Great Lakes: fishers' knowledge, adaptive strategies, and governance gaps in Lake Victoria's Muhuru Bay and Migingo Island, Kenya. Ecology and Society. https://doi.org/10.5751/es-17075-310212

